

PETIÇÃO (MOD) PREVIDENCIÁRIO

REVISIONAL DE APOSENTADORIA

PEDIDO DE CONCESSÃO DE PENSÃO POR MORTE JUNTO AO INSS

EMENTA

EXMO. SR. SUPERINTENDENTE REGIONAL DO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL DE, brasileiro (a), viúvo (a), profissional da área de, portador (a) do CIRG n.º e do CPF n.º, residente e domiciliado (a) na Rua, n.º, Bairro, Cidade, Estado, por intermédio de seu (sua) advogado(a) e bastante procurador(a) (procuração em anexo - doc. 01), com escritório profissional sito à Rua, n.º, Bairro, Cidade, Estado, onde recebe notificações e intimações, vem mui respeitosamente à presença de Vossa Excelência propor PEDIDO DE CONCESSÃO DE PENSÃO POR MORTE pelos motivos de fato e de direito a seguir aduzidos. DOS FATOS A requerente é genitora de, brasileiro, solteiro, nascido aos na cidade de, era portador do RG n.º, do CPF/MF n.º, da CTPS n.º Série n.º, e inscrito no PIS sob o n.º; Para as finalidades do artigo 16 do Decreto 3.048/99, comprova-se o alegado com inclusa cópia da certidão de nascimento, lavrada em, às fls. do Livro....., Termo, do Cartório do Registro Civil da Comarca de; O mencionado filho da requerente faleceu em....., vítima de atropelamento, como faz certo a inclusa cópia da certidão de óbito; O falecido era empregado da empresa, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob n.º, estabelecida na Avenida dos Pinheiros n.º, (CEP), tendo sido admitido em e o contrato de trabalho rescindido em, por determinação judicial, com baixa na CTPS com a mesma data, em razão do falecimento; O salário inicial anotado na Carteira de Trabalho e Previdência Social do filho da requerente foi no valor de R\$...... reais, sendo esta a remuneração sobre a qual incidiu o cálculo dos haveres rescisórios, como faz certo a inclusa cópia do Termo de Rescisão do Contrato de Trabalho; Deste modo verifica-se que o mencionado contrato de trabalho perdurou pelo período de apenas um mês, razão pela qual não existiu alteração na verba salarial auferida pelo falecido, devendo esta ser considerada para fins do cálculo do benefício previdenciário ora postulado, na modalidade de pensão por morte; DO DIREITO Para os efeitos do artigo 22 do Decreto 3.048/99, informa a requerente que era dependente do seu filho....., como faz certo a inclusa "Declaração de Dependência Econômica e Inexistência de Dependentes Preferenciais" formulada perante esse órgão previdenciário, bem como a declaração formulada pela empregadora perante o MM. Juízo do Trabalho de, na conformidade da cópia da inicial da ação de consignação em anexo. DOS PEDIDOS Sendo a requerente a única beneficiária e dependente preferencial do seu falecido filho, postula pela concessão de benefício previdenciário, na modalidade de pensão por morte, que é devido ao requerente, na conformidade do artigo 74 da Lei nº 8.213/91; Nesses Termos, Pede Deferimento. Local e data ... Advogado OAB